



ACÓRDÃO Nº 300/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11855/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Maria Lenise Mafra Negreiros (Ordenador de Despesa), Eliane Correa Gentil (Ordenador de Despesa)
- 4- **Órgão:** Secretaria de Estado da Casa Civil
- 5- **Exercício:** 2017
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1292/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Casa Civil. Exercício de 2017.

*Regularidade. Quitação. Determinação.
Recomendação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular** a Prestação de Contas Anual das **Sras. Eliane Correa Gentil** (01.01.2017 a 25.10.2017) e **Maria Lenise Mafra Negreiros** (26.10.2017 a 31.12.2017), responsáveis pela Secretaria de Estado da Casa Civil, referente ao exercício de 2017, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, I, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Dar Quitação** às **Sras. Eliane Correa Gentil** (01.01.2017 a 25.10.2017) e **Maria Lenise Mafra Negreiros** (26.10.2017 a 31.12.2017), responsáveis pelo exercício de 2017, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 300/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que promova o arquivamento dos presentes autos;

10.4. Recomendar à Secretaria de Estado da Casa Civil que todo e qualquer Contrato deve valer sobre o princípio da economicidade, que é a conduta do custo-benefício trazendo a satisfação do serviço, relacionando-se intimamente com o princípio da efetividade.

11- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Abril de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Evelyn Freire de Carvalho , Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição